resentes e farrapos que tem no PFL montar uma armadilha, para Joaquim Francisco não sair e se candidatar a dep. Federal, e o dep. José Mendonça com medo vai ser candidato a dep. estadual, e da maneira que vai, daqui uns dias de vai pleitear uma vaga de vereador aqui em Belo Jardim, falou que o sistema pos 64 se fizer uma reflexão, esse sistema empobreceu e existe um débito de quase 700,000,000,00 (setessentos bilhões) de reais internamente e quase outro tanto na dívida externa, onde no ultimo governo foi vendido a telus, e ninguém sabe onde está o dinheiro, disse que convivemos com pessoas que delapidam o patrimônio público. Falou das ações que o povo funcionários da prefeitura deram entrada, e foi dado causa favorável pelo poder Judiciário. O Sr. presidente agradeceu a presença de todos que estavam presentes e encerrou a presente sessão, marcando a próxima reunião para o dia 15 de agosto de 2001.

Sala das Reuniões em 13 de agosto de 2001
Em tempo - José Lopes Silveira - no lugar de projeto contrato e no lugar de dep. Senador.

Ata 162/2001

Câmara Vereadores
31

Aos 15 (quinze) dias do mês de agosto de 2001, às 19:00 (dezenove) horas, reuniram-se na Câmara Municipal do Belo Jardim, para a 5ª (quinta) sessão Ordinária do 2º (segundo) Período Legislativo, sob a presidência do Vereador Pedro Bezerra Filho, os seguintes vereadores: José Wilson Campelo, Antonio Gomes do Nascimento Manoel Alves da Silva Ginaldo José de Souza, Sebastião Lopes da Silva José Lopes Silveira, José Edmilson C. Pereira, José Anselmo da Silva. Ficou registrado a ausência dos vereadores: José Wilson Mesquitão Maciel Filho, Ennio Andrade da S. Filho, Diniz Soares da Silva, José Estevo Filho, João Amado de Araújo, José Pereira Sobrinho. O Sr. Presidente deu início a presente sessão com a leitura da Oração feita pelo Vereador Manoel Alves da Silva. Após foi lida a ata anterior com alteração do vereador José Lopes Silveira, em seguida foi lido o projeto de Lei nº 045/2001, que trata de abertura de crédito adicional suplementar para a Câmara Municipal do Belo Jardim, até o limite de 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), destinados ao reforço orçamentário. O Vereador Ginaldo José de Souza fez uso da palavra dizendo que o projeto já existia assinaturas dos edis, e como presidente da comissão de ~~justiça~~ Finanças e Orçamento pediu dispensa das comissões. O Sr. presidente aceitou o pedido do vereador, e colocou em votação foi aprovado em 1ª e 2ª Votação por unanimidade, com interstício do vereador Antonio Gomes do Nascimento. Projeto de Lei nº 044/01, dispõe sobre a transferência de diretoria e dá providencias correlatas. Projeto de Lei nº 046/01, dispõe sobre a implantação do programa de formação continuada do professor de educação infantil e ensino

fundamental do Município de Belo Jardim. O Sr. Presidente enviou os projetos para as comissões competentes. Parecer nº 063/2001 ao projeto de lei 042/01, que dispõe sobre a implantação e implementação do programa de apoio aos portadores de necessidades educacionais especiais do Município de Belo Jardim. O ~~Vereador~~ sr. Presidente colocou em discussão. O vereador Ginaldo José de Souza usou da palavra e disse que o projeto não podia entrar em votação, porque mesmo assinado pelos membros da comissão, eles estavam ausentes. O vereador José Lopes fez uso da palavra e falou que o vereador Ginaldo com medo que o resultado da votação fosse empate, pediu para não ser colocado, e que esta havendo um arrumadinho em tudo isso. O vereador Ginaldo volta a palavra dizendo que mais polêmico foi o projeto de suplementação, e ele mandou retirar, e estava fazendo as coisas com o pensamento certo, O vereador Antonio Gomes, fez uso da palavra, falou que não sabia o porque a polêmica sobre um projeto que é de grande necessidade, e parabenizou o prefeito e à secretária de Educação, por ter implantado no município, uma escola com professores especializados para deficientes, essa escola beneficiará também cidades vizinhas, e que já passaram várias pessoas com deficiências e não abordaram para que fosse implantado a escola do município. O vereador José Lopes pediu a parte, falou que ninguém da oposição iria votar contra o projeto, só que a lei tem que ser cumprida, e todo projeto legal e decente votariam favoravelmente. O vereador Antonio Gomes volta

beneficiar o município. O vereador Ginaldo ~~volta a palavra~~ pede a parte e diz que os vereadores que assinaram o projeto deveria assinar o livro de presença, caso contrário eles podem dizer que não votaram por isso o projeto ficaria sem eficássia. O vereador Antonio Gomes volta a parte e pedi a todos os vereadores que votassem favorável, porque existem muitas crianças na periferia que precisam dessa escola. O vereador Sebastião Lopes fez uso da palavra e pediu ao sr. presidente que dispensasse o parecer das comissões e colocasse o projeto em votação. Atendendo o pedido o sr. presidente colocou em votação, foi aprovado por unanimidade em 1º e 2º votação com intertício do vereador Manoel Alves da Silva. Parecer nº 064 ao projeto de lei nº 043/2001 que dispõe sobre a transformação de secretarias e dá outras providências. O vereador José Lopes fez uso da palavra e falou que em 7 meses de administração do prefeito não houve nenhum planejamento, um dia manda uma coisa no outra nada da outra, e que a secretaria de projetos especiais não tinha sentido, e pediu a bancada do oposição que votasse contrariamente, disse que foi impensado a mudança de nomes e não tem nada haver projetos especiais com secretaria, sem nenhum tipo de justificativa, e que é uma vergonha o prefeito mandar um projeto com apenas três linhas. O vereador Ginaldo pediu visto do projeto o qual foi aceito pelo presidente. Após foi lido o Req. nº 142/01 do vereador José Anselmo da Silva posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida o sr. presidente deu início ao segundo expediente. O vereador José Lopes fez uso da palavra, disse que um projeto é feito de etapas

e a primeira é a elaboração, e tem que se pensar como mandar esse projeto. Disse que Belo Jardim é uma das principais cidades com preferência a peso político, e estão mandando uma coisa errada para a Câmara e fora de nexo. Disse que estão em uma democracia, onde o processo de discussão é de suma importância para o engrandecimento de uma instituição que presume-se ser democrática, e estão usando métodos sórdidos e mesquinhos, com fins eleitoreiros, falou que o vereador Ginaldo está objetivando ganhar cartaz com o grupo político dele, e não sabe se ele está tentando passar uma mensagem inverídica para o povo de Serra do Vento, dizendo que foi o grupo do dep. José Mendonça que instalou telefones naquele distrito. Falou do folheto que a Anatel enviou para todos o vereadores, e que a Câmara foi escolhida em 07 de fevereiro de 2000, dentre doze cidades de Pernambuco com densidade eleitoral, a melhor Câmara do Estado, disse que não adianta querer levar vantagem porque isso não existe, tem que se mostrar trabalho e mais uma vez pediu que trouxessem o pessoal da telemar para dar esclarecimentos. O vereador Ginaldo fez uso da palavra, dizendo que no passado quando pertencia ao outro grupo, tudo que se fazia era o dep. Cintra Galvão em Pernambuco e Nilson Gibson em Brasília, e hoje não o dep. José Mendonça não pode fazer nada e nem o dep. Augusto Coutinho, mas todos sabem que quem manda é Marco Maciel e Fernando Henrique Cardoso e quem pede é o dep. José Mendonça e o Vice-Governador Mendonça Filho e são atendidos. Falou que em vila do Socorro está sendo instalados os telefones agora e em Vila Nova vão ser instalados 100, 60 de imediato e 40

Câmara de Vereadores
- 033

estão na reserva. Disse que passou 24 anos e o grupo de Cintra Galvão foram a Barragem de Tabocas com paciatas e festas para colocar pedra fundamental, mas na realidade nunca foi fundada, e está ai a barragem e a estrada de serra do vento em andamento, e quem trouxe foi o dep. na época João Mendonça junto com o seu grupo político. O Vereador Antonio Gomes pediu a parte e disse que o país é movimentado pela política, mesmo com as empresas sendo privatizadas, se não houver nenhum pedido de um político da sua região, obviamente as coisas retardam; disse que Belo Jardim está servindo de exemplo e o grupo está empenhado em trazer benefícios para o Município. O vereador Ginaldo volta a palavra e falou para o vereador José Lopes que ele sabe que poder é poder, e quando foi para colocar orelhões em Tabaquinha ele recorreu ao poder que ainda tinha nas mãos e lá foram instalados. O Vereador Antonio Gomes pediu parte e falou que o matadouro público já foi liberado pelo governador e pelo secretário André de Paula. O Vereador Ginaldo volta a palavra e pede desculpa por se abangar, mas era necessário fazer alguns esclarecimentos. Osr presidente deu por encerrada a presente sessão, marcando a próxima reunião para o dia 20 de agosto de 2001.

Sala das Reuniões em 15 de agosto de 2001.

José Anselmo da Silva

José Estevão Filho
Diniz Soares da Silva
Manoel Alves da Silva
Bruno Andrade da Silva Filho
José Wilson Magalhães Maciel Filho

Ata 163/2001

Aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 2001 (dois mil e um) reuniram-se na Câmara Municipal do Belo Jardim as 19:00 (dezenove) horas, para a 6ª sexta Sessão Ordinaria do 2º (segundo) Período Legislativo, sob a presidência do Vereador Pedro Bezerra Filho, os seguintes vereadores: José Anselmo da Silva, José Lopes da Silveira, Sebastião Lopes da Silva, Ginaldo José de Souza, José Pereira Sobrinho, João Amado de Araújo, José Estevo Filho, Diniz Soares da Silva, Manoel Alves da Silva, Bruno Andrade da Silva Filho, José Wilson Magalhães Maciel Filho, Antonio Lopes do Nascimento, José Wilson Campelo, ficou registrado a ausência do Vereador José Edmilson C. Pereira. O Sr. Presidente deu por aberta a presente sessão fazendo a leitura da oração. Em seguida foi lida a ata Anterior, posta em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Após foram lidos os pareceres nº 061 e 062/01 ao projeto de lei nº 041/01. EMENTA: Autoriza o Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar e dá outras providencias. O Sr. presidente pôs em discussão, o vereador José Lopes fez uso da palavra e disse que o orçamento aprovado por esta casa no ano 2000, para o exercício em curso, foi de 16.000,00 (dezesseis milhões) de reais, e o Sr. prefeito até